



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1262/2024  
(à MPV 1262/2024)

A Medida Provisória nº 1.262, de 2024, fica acrescida do art. 38-A com a seguinte redação:

“**Art. 38-A.** A Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 78.** Até o **ano-calendário de 2028**, as parcelas de que trata o art. 77 desta Lei poderão ser consideradas de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil, excepcionadas as parcelas referentes às pessoas jurídicas investidas que se encontrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

.....” (NR)

.....

“**Art. 87.**.....

.....

**§ 10.** Até o **ano-calendário de 2028**, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido, sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste artigo e as condições previstas nos incisos I e IV *do caput* do art. 91 desta Lei, relativos a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, além das demais indústrias em geral. “



## JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta visa a renovação, por mais 4 anos, dos atributos do regime de Tributação em Bases Universais (TBU), isto é, a consolidação de lucros no exterior para fins de tributação no Brasil; e a utilização de crédito presumido de 9% por setores específicos. A ampliação do período da vigência dos atributos desses atributos se faz necessária até que a modernização por completo do regime seja discutida e até que o Brasil, portanto, tenha uma legislação compatível com outros países em termos de competitividade e neutralidade. Atualmente, o Brasil é a única grande economia que tributa os lucros de suas empresas multinacionais no exterior.

A não renovação das medidas implicará em aumento relevante de carga tributária para as multinacionais brasileiras com representação no exterior. Por conseguinte, o país reduzirá a sua integração internacional e deixará de obter ganhos comprovados para toda a economia brasileira e comprovados em estudos públicos e privados.

### Importância para a economia brasileira

Entre esses trabalhos, podemos citar os da Confederação nacional da Indústria (CNI) que aponta, por exemplo, que a internacionalização produtiva das empresas gera três grandes benefícios para a economia brasileira

- Aumento de exportações
- Aumento da inovação
- Estímulo à maior produtividade

Segundo um dos estudos, as exportações a partir do Brasil das multinacionais brasileiras superam o desempenho das empresas de indústria de transformação. Por exemplo, no período analisado pelo estudo, a participação das multinacionais brasileiras no total das exportações do país apresentou um crescimento de 18,4% em 2001 para 21,9% em 2013 e 24,2% em 2019.



As multinacionais brasileiras possuem índices maiores de inovação dentro do Brasil. Estudo da CNI aponta que, 92% das companhias transnacionais brasileiras desenvolveram produtos ou processos inovadores entre 2012 e 2014 dentro do Brasil, enquanto para os demais grupos esse valor é de 62%.

Por fim, as multinacionais brasileiras agem no intuito de ampliar a produtividade do país. O trabalho indicou que as empresas multinacionais brasileiras apresentam, no Brasil, produtividade média do trabalho 40% mais elevada do que a média da indústria de transformação e 30% maior que a das grandes empresas nacionais de grande porte, ou seja, aquelas não internacionalizadas.

Desta forma, essas empresas que competem em um ecossistema internacional, enfrentando concorrentes locais, obriga a serem competitivas naquele ambiente e, mais do que isso, transbordam efeitos positivos para economia brasileira em termos de mais produção exportada, mais inovação desenvolvida dentro do país e maior produtividade do trabalho. Por essas razões, outras grandes economias não tributam duplamente o lucro de suas empresas multinacionais no exterior e não fazem uso do método TBU brasileiro.

Solução para evitar perda de competitividade e evitar processo de “inversion”

A manutenção dos atributos garantirá maior equilíbrio fiscal e uma tributação mais justa, uma vez que o crédito presumido de 9% nos lucros auferidos no exterior reduz a tributação interna e contribui para uma equalização em relação à alíquota aplicável em outros países – onde essas empresas investem. Enquanto no Brasil a alíquota da tributação da renda é 34%, a média dos países da América Latina e Caribe é 21% e na OCDE 23%. Logo, a renovação dos atributos é fundamental para atenuar essas diferenças nas alíquotas e para permitir que o Brasil esteja em maior conformidade com alguns padrões internacionais de tributação.

É importante destacar, ainda, que o Brasil está avançando para a adesão de diretrizes relacionadas à implementação da tributação mínima global, conhecida como Pilar 2 do Base Erosion and Profit Shifting (BEPS), projeto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As regras



de TBU, da forma como são previstas hoje, não dialogam com essas novas regras e requerem revisão a médio prazo. Neste ínterim, os atributos de TBU precisam ser renovados para que as multinacionais possam operar no cenário global de forma justa e sem uma sobrecarga tributária – que resultaria em perda de competitividade para o Brasil.

A não renovação do regime pode acarretar mudança da sede fiscal da empresa, movimento conhecido como inversion. Essas empresas teriam um estímulo para transferirem fiscalmente sua matriz ao exterior (em países com tributação reduzida e que não aplica a regra de TBU) e tornar as empresas do grupo no Brasil uma mera subsidiária de sua estrutura estrangeira, o que prejudicará a economia nacional, com menor ingresso e maior remessa de divisas, e reduzirá a própria arrecadação fiscal e com impacto potencial negativo em exportações, produtividade e inovação.

Diante do exposto, conto com apoio para aprovação da emenda, que preservará a segurança jurídica, a equidade no tratamento tributário e o estímulo às exportações das multinacionais brasileiras.

Sala da comissão, 9 de outubro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**

